

ICATU**VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icutuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297**Relatório da administração**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

2. Desempenho

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A Administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

O resultado com capitalização, no ano de 2022, alcançou o montante de R\$ 395 (R\$ 218 em 2021), sem apresentar grandes variações. As despesas administrativas foram de R\$ 520 (R\$ 257 em 2021). As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 2.685 (R\$ 891 em 2021).

A Companhia, nos dois anos citados, era detentora de títulos públicos registrados a valor justo através do resultado, oscilando pela SELIC, o que explica o crescimento considerável, face ao aumento da taxa básica de juros.

A Companhia é administrada de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular

SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 13.599, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 12.153 em 31 de dezembro de 2021), representando 124% de suficiência de capital (116% em 31 de dezembro de 2021).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido no ano	1.385	405
Constituição de reserva legal	(69)	(21)
Base para distribuição de dividendos	1.316	384
Dividendo mínimo obrigatório	329	96
Dividendos intermediários pagos	–	102
Dividendos adicionais a serem propostos na AGO	987	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	329	–
Constituição de reserva estatutária	–	283

No ano de 2022, a Companhia não pagou qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio, mas no ano de 2021, conforme a demonstração dos fluxos de caixa, foram pagos dividendos no montante de R\$ 954.

4. ASG - Ambiental, Social e Governança

No ano de 2022, a Companhia retornou à sociedade, R\$ 422 (R\$ 158 em 2021) pagos a serviços de parceiros terceirizados, R\$ 240 (R\$ 157 em 2021) em tributos indiretos e R\$ 934 (R\$ 288 em 2021) em tributos diretos. Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a vigorar a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de

adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e no momento está sendo validada a minuta da Política de Sustentabilidade, além da finalização do diagnóstico e do acompanhamento das exigências regulatórias que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados.

As melhores práticas do Grupo Icatu possibilitaram que, pela quarta vez consecutiva, tivesse companhia do grupo figurando entre as melhores empresas em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o Ranking 2022, do Instituto MESCC, especialistas em gestão da satisfação do cliente, o levantamento recebeu mais de 30 mil opiniões de clientes nesse segmento.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da Administração no desenvolvimento de controles e as melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria contábil e atuarial externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

6. Agradecimento

A Vanguardacap Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Balances patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
CIRCULANTE	24.662	23.764
Disponível	188	105
Caixa e bancos	188	105
Aplicações Nota 5	24.399	23.184
Títulos de renda fixa – públicos	24.399	23.184
Títulos e créditos a receber	36	475
Títulos e créditos a receber	3	–
Créditos tributários e previdenciários Nota 6	33	475
Despesas antecipadas	39	–
ATIVO NÃO CIRCULANTE	327	201
Realizável a longo prazo	165	201
Títulos e créditos a receber	165	201
Créditos tributários e previdenciários Nota 6	43	114
Depósitos judiciais e fiscais Nota 9.1	122	87
Intangível	162	–
TOTAL DO ATIVO	24.989	23.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO		
CIRCULANTE	11.266	11.127
Contas a pagar	466	96
Obrigações a pagar	370	19
Impostos e encargos sociais a recolher	9	11
Impostos e contribuições	87	66
Provisões técnicas - capitalização Nota 7	10.800	11.031
Provisão para resgates	1.252	1.407
Provisão para sorteio	9.548	9.624
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	124	295
Contas a pagar	116	93
Obrigações a pagar	–	5
Outras contas a pagar Nota 9.2	116	88
Outros débitos	8	202
Provisões judiciais Nota 9.3	8	202
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.599	12.543
Capital social	12.000	12.000
Reservas de lucros	1.599	543
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.989	23.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2021	12.000	239	777	–	–	13.016
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	405	405
Destinação do lucro líquido:						
Constituição da reserva legal	–	21	–	–	(21)	–
Constituição da reserva estatutária	–	–	283	–	(283)	–
Dividendos declarados e pagos - AGE 08/2021	–	–	(777)	–	(102)	(879)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.000	260	283	–	–	12.543
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.385	1.385
Destinação do lucro líquido:						
Constituição da reserva legal	–	69	–	–	(69)	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	987	(987)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(329)	(329)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.000	329	283	987	–	13.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate, à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do Plano de Negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A Administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras individuais (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 17 de fevereiro de 2023.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos a valor justo:

- Caixa e equivalentes de Caixa (nota 3.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (nota 3.8 e 7).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- A receita com títulos de capitalização é registrada quando da emissão dos respectivos títulos.
- O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização dos títulos emitidos. A Companhia mantém as provisões técnicas atualizadas monetariamente até a data da efetiva liquidação.
- Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados

quando incorridos.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de instrumentos financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. A Companhia não tem derivativos nos exercícios apresentados nas Demonstrações.

3.4.2. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente, são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Redução ao valor recuperável

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado do exercício, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do exercício.

3.6. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ativos e passivos, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de aquisição Nota 12.1	(43)	(52)
Outras receitas operacionais Nota 12.2	438	270
RESULTADO COM OPERAÇÕES		
DE CAPITALIZAÇÃO	395	218
Despesas administrativas Nota 12.3	(520)	(257)
Despesas com tributos Nota 12.4	(240)	(157)
Resultado financeiro	2.685	891
RESULTADO OPERACIONAL	2.320	695
RESULTADO ANTES DOS IMPÓSTOS E PARTICIPAÇÕES	2.320	695
Imposto de renda Nota 13	(532)	(150)
Contribuição social Nota 13	(402)	(138)
Participações sobre o lucro	(1)	(2)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.385	405
Quantidade de ações	12.000.000	12.000.000
Lucro líquido do exercício por ação – R\$	0,12	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.385	405
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.385	405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.385	405
Ajustes para:		
Variação das provisões técnicas - capitalização	(55)	(99)
Variação dos impostos sobre o lucro	850	313
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(1.215)	1.191
Créditos tributários e previdenciários	509	58
Outros ativos	(35)	(13)
Despesas antecipadas	(39)	–
Outras contas a pagar	44	29
Provisões técnicas - capitalização	(176)	(726)
Provisões judiciais	(194)	25
Caixa gerado pelas operações	1.074	1.183
Impostos sobre o lucro pagos	(829)	(246)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	245	937
Atividades de investimentos		
Intangível	(162)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(162)	–
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	–	(954)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	–	(954)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	83	(17)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	105	122
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	188	105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e passivos e seus valores contábeis. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões técnicas**3.8.1. Provisão para Resgates (PR)**

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.8.2. Provisão de Sorteios a Pagar (PSAP)

ICATU

VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 11.467.788/0001-67www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.1.1. Novas normas e interpretações contábeis ainda não efetivas

Os encaminhamentos a seguir entrarão em vigor para exercícios após a data destas Demonstrações:

3.11.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedg*.

A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 até a data efetiva do CPC 50.

3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

4. Gestão de risco

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas. Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia. Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os itens de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos
4.1.1. Principais riscos associados
4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissoras de créditos e resseguradoras) e de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizada a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição à perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas. Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano. O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente. Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar.

O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.

(II) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

Fatores de risco
Pré-fixado 0,95 EWMA 0,88

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrar suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório dos fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos
31/12/2022 31/12/2021
EWMA EWMA

Até 1 ano De 1 a 2 anos Acima de 2 anos Total
Caixa e bancos 188 – – 188
Aplicações – – 24.399 24.399
Títulos e créditos a receber 36 165 – 201
Total de ativos 224 165 24.399 24.788
Contas a pagar 41 – – 41
Provisões técnicas – capitalização 10.369 430 1 10.800
Total de passivos 10.410 430 1 10.841

Ativos e passivos	31/12/2021			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	105	–	–	105
Aplicações	–	–	23.184	23.184
Títulos e créditos a receber	475	–	–	475
Total de ativos	580	–	23.184	23.764
Contas a pagar	19	–	–	19
Provisões técnicas – capitalização	5.742	5.060	229	11.031
Total de passivos	5.761	5.060	229	11.050

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia.

4.2.1. Risco operacional

O risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos: legal, de compliance e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização e, atualmente, se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócio submetido e aprovado pela SUSEP. Por esse motivo, o esforço na gestão de riscos operacionais dessa empresa foi reduzido frente ao pequeno escopo na frequência e exposição dos riscos identificados.

4.2.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras**5.1. Classificação por categoria, faixa de vencimento e nível**

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia não contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa. Segue demonstração da abertura da carteira:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	31/12/2022			
	Taxas contratadas 60 meses	De 13 a 31 meses	Valor contábil	Percentual das aplicações
Letras financeiras do tesouro	SELIC	24.399	24.399	100%
Total		24.399	24.399	100%

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	31/12/2021			
	Taxas contratadas 60 meses	De 13 a 31 meses	Valor contábil	Percentual das aplicações
Letras financeiras do tesouro	SELIC	23.184	23.184	100%
Total		23.184	23.184	100%

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2021	24.374
(-) Resgates	(2.238)
(+) Rendimentos	1.048
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	23.184
(+) Aplicações	450
(-) Resgates	(2.120)
(+) Rendimentos	2.885
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	24.399

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 – que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

Nível 01	31/12/2022	31/12/2021
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	24.399	23.184
Letras financeiras do tesouro	24.399	23.184
Total	24.399	23.184

9.2. Outras contas a pagar - Obrigações fiscais

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição a seguir:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
COFINS	40	33	3	76	14	10	100
PIS	7	5	–	12	3	1	16
Total - Obrigações fiscais	47	38	3	88	17	11	116

A seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
PIS/COFINS sobre o ativo livre (a)	18	16	100	100	118	116
Saldo total 31/12/2022	18	16	100	100	118	116

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
PIS/COFINS sobre o ativo livre (a)	11	12	72	76	83	88
Saldo total 31/12/2021	11	12	72	76	83	88

(a) Trata-se de mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a não incidência nas rubricas do ativo livre e prescrição.

9.3. Provisões judiciais

As provisões judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como "provável" estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	31/12/2022				31/12/2021				
	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado
Provável	2	8	8	2	202	202	–	–	–
Possível	4	94	–	4	45	–	–	–	–
Remota	1	30	–	1	25	–	–	–	–
Total	7	132	8	7	272	202	–	–	–

Probabilidade de perda	31/12/2022				31/12/2021				
	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado
Possível (a)	2	400	–	2	400	–	–	–	–
Total	2	400	–	2	400	–	–	–	–
Total Geral			8			202			

As provisões judiciais de causas fiscais trata-se de mandado de segurança que versa sobre a não incidência de PIS e COFINS sobre receitas de Ativo Livre e receita de prescrição.

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativa aos processos judiciais cíveis:

Movimentação das provisões judiciais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	177
Atualização monetária	25
Saldos em 31 de dezembro de 2021	202
Adições	5
Atualização monetária	(97)
Baixas	(102)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8

6. Créditos tributários e previdenciários

Os valores registrados na rubrica "Impostos a recuperar", no ativo circulante, são compostos de tributos apurados e lançados no sistema da Receita Federal do Brasil (RFB), que podem ser recuperados integral e imediatamente, dependendo da necessidade da Companhia, e em 31 de dezembro de 2022 eram R\$ 33 (R\$ 475 em 31 de dezembro de 2021). A seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, registrados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários", sendo originados exclusivamente de adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais cíveis e fiscais.

Imposto de renda diferido	01/01/2021	Const-tuição 31/12/2021	Const-tuição 31/12/2021	Reve-tuição 31/12/2022	31/12/2022	
		56	15	71	7	(51)
Diferenças temporárias	56	15	71	7	(51)	27
Contribuição social diferida	33	10	43	9	(36)	16
Diferenças temporárias	33	10	43	9	(36)	16
Total	89	25	114	16	(87)	43

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2023.

A seguir, a composição dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, por natureza tributária:

Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis	8	202
Outras receitas (atualização depósito judicial)	(16)	(4)
PIS – exigibilidade suspensa	16	12
COFINS – exigibilidade suspensa	100	76
Total das provisões temporárias	108	286
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	27	71
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	16	43
Total	43	114

7. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2021	Amortizações/Prescrições	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2022
Provisão para resgate de títulos vencidos	1.407	(176)	21	1.252
Provisão para resgates	1.407	(176)	21	1.252
Provisão de sorteios a pagar	9.624	(231)	155	9.548
Provisão para sorteios	9.624	(231)	155	9.548
Total	11.031	(407)	176	10.800

	Saldos em 01/01/2021	Amortizações/Prescrições	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão para resgate de títulos vencidos	1.944	(538)	1	1.407
Provisão para resgates	1.944	(538)	1	1.407
Provisão de sorteios a pagar	9.912	(293)	5	9.624
Provisão para sorteios	9.912	(293)	5	9.624
Total	11.856	(831)	6	11.031

7.1 Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e Taxa de juros, e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

I) Riscos de subscrição: Por se tratar de uma carteira em run off e sem títulos ativos, o risco de subscrição não é um parâmetro relevante para o resultado.

II) Taxa de juros: Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto zero.

8. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas – capitalização:	10.800	11.031
Total a ser coberto	10.800	11.031
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Letras financeiras do tesouro	24.399	23.184
Total dos ativos vinculados	24.399	23.184
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	13.599	12.153

9. Obrigações fiscais, depósitos judiciais e provisões judiciais**9.1. Depósito judiciais e fiscais**

A rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" classificadas no ativo não circulante, se refere a mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a rubrica do ativo livre e prescrição e a movimentação nos anos de 2022 e de 2021 é apresentada a seguir:

Saldo inicial	31/12/2022		31/12/2021	
	Cíveis	Fiscais	Cíveis	Fiscais
Adições	–	23	4	35
Atualização monetária	–	12	–	4
Saldo Final	4	118	4	83



VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

10.3. PLA - Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR), respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR, conforme demonstrado a seguir:

- (i) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- (ii) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- (iii) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido (a)	13.599	12.543
Ajustes contábeis	(200)	-
Despesas Antecipadas	(39)	-
Ativos intangíveis (-)	(161)	-
Subtotal PLA - nível	13.399	12.543
PLA Nível I	13.355	12.428
PLA Nível III	43	115
PLA (Total) = PL + Ajustes contábeis + Ajustes Econ. + Ajustes do Exc. de Nível 2 e 3 (c = a+b)	13.399	12.543
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	17	126
Capital de Risco - Mercado	7	11
Capital de Risco - Redução por correlação	(4)	(7)
Capital de Risco - Operacional	6	39
Capital de Risco (CR) (b)	26	169
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	10.800	10.800
Patrimônio líquido ajustado - PLA	13.399	12.543
(-) Exigência de capital (EC) - CMR	(10.800)	(10.800)
Suficiência de capital - R\$	2.599	1.743
Suficiência de capital (% da EC)	124%	116%

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a)	-	-	-	-	-	-	(3)	(30)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	3	-	-	(2)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (a) (b)	-	-	(4)	(4)	1	-	(48)	(48)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (a)	3	-	-	-	50	-	-	-
Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	-	2	-	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	3	-	(4)	(4)	57	-	(51)	(80)

- (a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.
- (b) Valores referentes à taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	2.320	2.320	695	695
Participações no lucro	(1)	(1)	(2)	(2)
Resultado antes dos tributos	2.319	2.319	693	693
ADIÇÕES	30	30	290	290
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	202	202
Outras provisões	1	1	-	-
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	29	29	88	88
EXCLUSÕES	(206)	(206)	(227)	(227)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(194)	(194)	(177)	(177)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(12)	(12)	(3)	(3)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	-	-	(47)	(47)
Resultado ajustado	2.143	2.143	758	758
Alíquotas oficiais	15%+10%	15%	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(512)	(332)	(166)	(147)
Reversão da provisão de créditos tributários	(20)	(70)	16	9
Despesas com IRPJ/CSLL	(532)	(402)	(150)	(138)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	22,9%	17,4%	21,6%	19,9%

Com o fim da Medida Provisória nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 16% para 15% a partir de 01 de janeiro de 2023.

14. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2022 da Icatu Seguros S.A.

Diretoria
Diretor-Presidente: Luciano Snel Corrêa

Demais Diretores
César Luiz Salazar Saut
Alexandre Petrone Vilardi
Marcio de Moraes Palmeira

Contador
Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076168/O-7

Atuária
Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Vanguardacap Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguardacap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão de Sorteios a Pagar

Veja as Notas 3.8 e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.8 e 7 às demonstrações financeiras, a Companhia possui Provisão de Sorteios a Pagar ("PSAP") Devido à importância da Provisão de Sorteios a Pagar ("PSAP") para o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica, que representa 38% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão para Sorteios a Pagar ("PSAP"). - efetuamos a conciliação das bases de dados operacionais com os respectivos saldos contábeis e, por meio de amostragem, testamos a integridade e precisão dos dados contidos nas bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. - com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos a consistência dos dados, o fluxo da provisão de sorteios a pagar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSAP, bem como efetuamos, o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram todas as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de

12. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

12.1. Custo de aquisição

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de remuneração performance mensal	(43)	(52)
Total	(43)	(52)

12.2. Outras receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com prescrição de título	231	263
Despesas com provisões	207	5
Outras receitas operacionais	-	2
Total	438	270

12.3. Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(5)	(13)
Serviços de terceiros	(422)	(158)
Localização e funcionamento	(12)	(1)
Publicações	(88)	(77)
Donativos e contribuições	3	-
Outras despesas administrativas	4	(8)
Total	(520)	(257)

12.4. Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	(1)	(1)
COFINS	(72)	(33)
PIS	(12)	(5)
Taxa de fiscalização	(155)	(118)
Total	(240)	(157)

12.5. Resultado Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Categoria - valor justo por meio do resultado		
Títulos de renda fixa	2.885	1.088
Outras receitas financeiras	124	4
Total - receitas financeiras	3.009	1.092
Categoria - valor justo por meio do resultado		
Títulos de renda fixa	-	(40)
Atualização monetária sobre provisões técnicas	(175)	(6)
- capitalização	(149)	(155)
Outras despesas financeiras	(149)	(155)
Total - despesas financeiras	(324)	(201)
Total	2.685	891

13. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos Impostos e Participações	2.320	2.320
Participações no lucro	(1)	(1)
Resultado antes dos tributos	2.319	2.319
ADIÇÕES	30	30
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-
Outras provisões	1	1
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	29	29
EXCLUSÕES	(206)	(206)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(194)	(194)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(12)	(12)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	-	-
Resultado ajustado	2.143	2.143
Alíquotas oficiais	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(512)	(332)
Reversão da provisão de créditos tributários	(20)	(70)
Despesas com IRPJ/CSLL	(532)	(402)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	22,9%	17,4%

Aos Administradores e Acionistas da Vanguardacap Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo

Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Vanguardacap Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do

Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.



ICATU

VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 11.467.788/0001-67www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Vanguardacap Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Vanguardacap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos

os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0002-36

R. do Passeio, nº 38 - 20021-290 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Anexo I
Vanguardacap Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022
1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	10.800
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2022
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	26
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	10.800
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	13.399
Ajustes Econômicos do PLA	-
Exigência de Capital (CMR) (b)	10.800
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	2.599
Ativos Garantidores (d)	24.399
Total a ser Coberto (e)	10.800
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	13.599

KPMG

QUALIFICAÇÃO

Novo Espaço da Juventude de Vigário Geral terá cursos em tecnologia 4.0

Secretaria Especial da Juventude Carioca cria seu terceiro equipamento público direcionado à formação tecnológica do futuro, com oferta de cursos gratuitos a jovens de 15 a 29 anos, voltados para a indústria 4.0.

A Secretaria Especial da Juventude Carioca (JUVRio) inaugura o Espaço da Juventude de Vigário Geral, no dia 28 de fevereiro, às 19h. Será seu terceiro equipamento público direcionado à formação tecnológica do futuro, com oferta de cursos gratuitos a jovens de 15 a 29 anos, voltados para a indústria 4.0.

O objetivo é preparar os alunos para inserção no mercado de trabalho, ensinando a automatizar e conectar os processos industriais, por meio da computação em nuvem, inteligência artificial e robótica. A unidade inicia suas atividades com oferta de 150 vagas no curso de Design de Games. O rapper Delacruz, um dos nomes mais fortes do rap nacional atualmente, nascido em Vigário Geral, estará presente.

O ambiente será um contêiner da JUVRio, de 40m² de estrutura sustentável, instalado na Praça Elba, conhecido ponto de lazer da comunidade. Será entregue um lugar totalmente tecnológico, no qual os alunos sairão preparados para o mercado de trabalho, com a orientação de professores



O ambiente será um contêiner da JUVRio, de 40m² de estrutura sustentável, instalado na Praça Elba, um dos pontos de lazer da comunidade do subúrbio carioca

e material didático exclusivo. O secretário da Juventude Carioca, Salvo Oliveira, morador e cria da Cidade de Deus, destaca a importância de levar o Espaço da Juventude a todos os cantos da Cidade Maravilhosa.

“Os locais de instalação dos Espaços da Juventude são escolhidos estrategicamente

pela JUVRio, com o objetivo de capacitar jovens que mais precisam, levando cursos da indústria do futuro e estimulando habilidades e talentos. Trabalharemos para que os alunos do Espaço da Juventude de Vigário Geral saiam de lá com as ferramentas necessárias para conquistar seu lugar no mercado de trabalho”, res-

saltou o secretário Salvo Oliveira.

O primeiro curso a ser oferecido no Espaço da Juventude de Vigário Geral é o de Design de Games, com inscrições abertas para 150 vagas, de 27 de fevereiro a 3 de março. Por meio das redes sociais da Secretaria da Juventude já é possível preencher o

formulário. O início das aulas está previsto para o dia 6 de março e as turmas estarão divididas nos seguintes horários: manhã (8h às 10h15 e 10h30 às 12h30), tarde (13h30 às 15h30 e 15h45 às 18h) e noite (das 19h às 21h).

Em Design de Games, os jovens vão iniciar o aprendizado sobre o mundo da pro-

gramação digital. Os professores irão navegar por meio dos jogos e contarão a história dos consoles e muito mais. Ao final da formação, os estudantes terão a chance de desenvolver o seu próprio jogo com os colegas.

No local, em outro momento, também serão disponibilizados cursos de Jogos Digitais, Impressão 3D, Operação de Drone, Indústria Avançada, Robótica, Indústria do Som (DJ) e Programação Móvel (IOT).

O Espaço da Juventude foi criado pela JUVRio para proporcionar ao jovem inovação, empreendedorismo e geração de oportunidades, por meio da qualificação e capacitação profissional para o mercado de trabalho na indústria 4.0, que mais cresceu nas últimas décadas. Com seus instrumentos de automação e inteligência artificial, este segmento rompe paradigmas nas formas de produção e modelos de negócio em todo o mundo, além de ser altamente atrativo para a juventude. A metodologia deste equipamento de ensino está pautada no desenvolvimento do senso crítico, colaborativo, investigativo, criativo, empreendedor e autoral dos jovens.

JUSTIÇA

Expectativa frustrada de contratação gera indenização por danos morais, decide TRT-RJ

A 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) manteve a condenação de uma empresa a pagar indenização por danos morais por frustrar a expectativa de contratação de um candidato à vaga de emprego.

Durante três meses, o pretendente à vaga ficou envolvido em uma série de trâmites, desde o processo seletivo à abertura de uma conta bancária para receber salário. Entretanto, ao final dos procedimentos, não foi contratado. O colegiado acompanhou, por unanimidade, o voto da relatora, a juíza convocada Márcia Regina Leal Campos, que considerou a atitude da empregadora como abuso de direito.

No caso em tela, o trabalhador relatou que iniciou o pro-

cesso seletivo em 30/12/19 para função de auxiliar de almoxarifado na empresa CB Rio Botafogo Comércio de Alimentos LTDA. Alegou que, durante a fase de recrutamento, teve que comparecer ao estabelecimento da empresa por cinco vezes, para apresentação, teste, entrevistas, entrega de documentos e ambientação.

Após a confirmação de sua contratação, a empresa determinou ao candidato que fossem realizados os trâmites necessários para a efetivação do preenchimento da vaga, tais como exame admissional e abertura de conta bancária para receber o salário. No entanto, após todos esses procedimentos, o profissional foi informado que não pode-

ria ser contratado em razão da sua altura. Assim, pleiteou indenização por danos morais.

A empregadora, em sua defesa, admitiu que o profissional foi aprovado no processo seletivo e que foi entregue a ele a documentação pertinente para a contratação. No entanto, alegou que o candidato aprovado não compareceu à empresa para iniciar suas atividades laborais. A empresa negou a rejeição por conta da altura.

No primeiro grau, a juíza Raquel Fernandes Martins, titular da 10ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, julgou procedente o pedido de indenização por dano moral, fixando o valor em três vezes o salário prometido (R\$ 3.218,49).

A magistrada entendeu ser incontroversa a contratação, evidenciada pela solicitação de abertura de conta bancária. Em sua sentença, a juíza observou, ainda, que uma testemunha ouvida nos autos relatou que o coordenador do setor de Recursos Humanos teria dito que o profissional “no almoxarifado não poderia trabalhar, pois era alto e o teto era baixo, para evitar acidentes de trabalho”. Assim, concluiu a magistrada que a frustração da promessa de contratação, sem justificativa legítima, dá ensejo à indenização por dano moral, por violação à boa-fé objetiva.

Inconformada com a sentença, a empresa recorreu da decisão. O trabalhador também recorreu, pleiteando o

aumento do valor da indenização por danos morais.

No segundo grau, o caso foi analisado pela juíza convocada Márcia Regina Leal Campos, que acompanhou o entendimento do juízo de origem. “A atitude do réu é reprovável, já que criou grandes expectativas ao autor, especialmente com a emissão do documento de solicitação de abertura de conta-corrente, na qual consta inclusive a data de admissão e valor do salário. Ressalto que, diante da dificuldade econômica, a atitude de iludir pessoas que estão em busca de emprego, causando gastos para comparecer aos locais, dispendo do seu tempo de vida e gerando expectativas que sabe que não vai satisfazer, enseja a vio-

lação a direitos extrapatrimoniais que devem ser reparados”, observou a magistrada em seu voto.

A juíza convocada ressaltou, ainda, que a empresa abusou de seu direito potestativo, com a falsa promessa de contratação, o que configura conduta ilícita nos termos do artigo 187 do Código Civil. Assim, a relatora manteve integralmente a decisão do primeiro grau em todos os quesitos, inclusive no valor arbitrado para indenização, que considerou justo e razoável. Os integrantes da 9ª Turma acompanharam o voto por unanimidade. Nas decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, são admissíveis os recursos enumerados no art. 893 da CLT.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/513D-055B-33CD-8E78> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 513D-055B-33CD-8E78



Hash do Documento

6EA6E29D6C538783300F321054212BE4A7CA0CE1E5B7FFAFD2A9F42D4DB42849

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
25/02/2023 21:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

